

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 4.219 DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Dispõe sobre o programa Socioeducativo de ações de inclusão Social, Digital, Cidadania e Concessão de Bolsas e dá outras providências.

FÁBIO VINICIUS POLIDORO, Prefeito Municipal de PEDREIRA, Estado de São Paulo, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinteLei:

CAPÍTULO I- DOS OBJETIVOS E ATIVIDADES

- **Art. 1**° Fica instituído o programa Socioeducativo de Cidadania", destinado aos jovens, adultos e aos idosos de Município de Pedreira, que obedecerá ao que estiver disposto nesta lei e no regulamento a ser publicado pelo Poder Executivo Municipal, com os seguintes objetivos:
- I- Promover a inserção social de jovens, adultos e idosos, por meio da inclusão digital e ações da cidadania, de forma a oferecer-lhes melhores condições de empregabilidade e vida saudável;
- II Promover ações que visem a multiplicar o conteúdo das oficinas, além dos espaços dos telecentros e da proteção social básica, por meio do desenvolvimento de ações de fomento a novos empreendimentos vinculados às tecnologias da informação;
 - III -Promover ações de educação ambiental, no trânsito e de saúde da população;
- VI Promover a melhora das condições dos espaços públicos com a guarda e orientaçãodos usuários das praças e jardins utilizando-se dos bolsistas;
- V- Estimular os jovens a frequentar o ensino obrigatório, a participar de oficinas, a inclusão digital, bem como de outras atividades socioeducativas:
- VI Estimular os adultos e idosos a participar de oficinas, processos de alfabetização, a inclusão digital e de outras atividades socioeducativas;
- VII Garantir a dedicação às atividades, culturais e de lazer, por meio da concessão de bolsas que melhorem as condições financeiras dos jovens, adultos e idosos;
- VIII- Valorizar os jovens, adultos e idosos, dando a eles novas oportunidades de qualificação e aprimoramento;
- IX Fomentar o turismo local em ações, das quais os educandos do programa participem desenvolvendo o turismo receptivo;
- X- Incentivar as empresas estabelecidas no Município a contratar jovens encaminhados pela rede municipal de assistência social;
 - XI– estimular os jovens a participarem do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos;
- **Art. 2**° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder bolsas pedagógicas estabelecidas da seguinte forma:

ESTADO DE SÃO PAULO Aos jovens com idade de 14 a 17 anos e 11 meses, que participem do programa instituído por esta lei, com duração de até 24 (vinte e quatro) meses, cujo valor da bolsa será de R\$ 600,00 (seiscentos reais), com carga horário de 20 (vinte) horas semanais.

- II- Aos jovens com idade de 18 a 24 anos, que participem do programa instituído por esta lei, com duração de até 24 (vinte e quatro) meses, cujo valor da bolsa será de R\$ 1.212,00 (1 salário mínimo), com carga horária de 30 (trinta) horas semanais
- II Aos idosos com idade a partir de 60 (sessenta) anos, que participem do programa instituído por esta lei, com duração de até 24 (vinte e quatro) meses, cujo valor da bolsa será de R\$ 1.212,00 (1 salário mínimo), com carga horário de 40 (quarenta) horas semanais.
- III Aos egressos de sistema prisional e egressos ou incluídos em programa reabilitação, que participem do programa instituído por esta lei, com duração de até 06 (seis) meses, cujo valor da bolsa será de R\$ 1.000,00 (mil reais), com carga horário de 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo único - As bolsas serão reajustadas anualmente de acordo com o Índice dereajuste dos vencimentos concedidos aos servidores municipais.

- Art.3° As bolsas pedagógicas poderão ser cumuladas com benéficos concedidos por outrosprogramas governamentais, desde que a somatória não ultrapasse valor máximo de dois Salários Mínimos.
- §1° A concessão da bolsa prevista neste artigo não caracteriza qualquer tipo de vínculo empregatício com a administração direta ou indireta do Município de Pedreira, serão destinadas da seguinte forma:
 - |- 80 (oitenta) bolsas para jovens; 14 a 17 anos e 11 meses
 - II- 20 (vinte) bolsas jovens de 18 a 24 anos
 - II 20 (vinte) bolsas para idosos;
 - III 20 (vinte) bolsas para egressos do sistema prisional e egressos ou incluídos em programa de reabilitação.
- Art. 4° Para fazer jus ao recebimento das bolsas previstas no artigo anterior o interessado deverá fazer requerimento junto a Secretaria Municipal de Assistência e DesenvolvimentoSocial, gestora de programa, e cumprir os seguintes requisitos:
 - Se em idade escolar, estar regularmente matriculado;

ESTADO DE SÃO PAULO

- Encontrar-se desempregado ou aposentado;
- c) Ser egresso de sistema prisional e egresso ou incluído em programa de reabilitação;
- d) Ficha socioeconômica e Relatório Social;

Art. 5° São causas de desligamento do bolsista de "Programa Sócio Educativo deCidadania", bem como da suspensão do pagamento das bolsas pedagógicas:

- I- Término do período previsto no artigo 2° desta lei;
- II A pedido do bolsista;
- III A ausência de 8 (oito) dias subsequentes ou alternados do educando nas atividadesprogramadas durante o período de 12 (doze) meses;
- IV -A prática de conduta não condizente com os objetivos do programa.

Art. 6° Poderá o Executivo Municipal firmar Termos de Colaboração/ Fomento ou Convênio com organização da sociedade civil inscritas no conselho municipal de assistência Social e/ou no conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, além de outras entidades e associações educacionais, comunitárias, sindicais, empresariais, filantrópicas, para conjugar esforços a execução do "programa Socioeducativo da Cidadania".

Art. 7° A promoção da inserção social através da inclusão digital e projetos de cidadania, educação ambiental e no trânsito do "Programa Socioeducativo de Cidadania" voltamos ao público jovem, adultos e aos idosos, em especial ao referenciado pela rede municipal de assistência social, compreenderá:

- Acesso livre e gratuito de informática e a rede internet as pessoas vinculadas ao programa;
- II. Ofertar de módulos de formação básica em informática as pessoas vinculadas ao programa
- III. Oferta de módulos avançados em campos diversos da tecnologia da informação, tais como: editoração eletrônica, produção e edição de vídeos, produção e edição de áudio, desenvolvimento de web, desenvolvimento de games, entre outros:
- IV. Oferta de oficinas diversas que contribuam para a construção da cidadania através do protagonismo juvenil e adultos, visando a instituição de novas redes e sociabilidade entre as pessoas, ao resgate de seus valores culturais e ao desenvolvimento de novas perspectivas e projetos de vida;

- ESTADO DE SÃO PAULO erta de módulos de formação básica em informática, para jovens portadores de necessidades especiais;
- VI. Oferta de módulos de formação básica em Educação Ambiental e Trânsito;
- VII. Oferta de módulos de formação em História do Município e Turismo receptivo;
- VIII. Oferta de módulos de formação em Defesa Pessoal e Primeiros Socorros, vem comoprevenção a doenças;
 - IX. Oferta de capacitação para reinserção no mercado de trabalho;
- Art. 8° Para atender ao previsto ao inciso II do artigo 1° desta lei, o Executivo Municipal incentivará;
 - I. Suporte e incubação para o estabelecimento de cooperativas;
- II. Suporte e capacitação para atuação como profissionais autônomos;
- III. linhas especiais de microcrédito para financiamento de empreendimentos de pequeno porte.
- Art. 9° Para atender o previsto no inciso X do artigo 1º desta lei, o Poder Executivo dará prioridade às ações de intermediação de mão de obra (PAT), especialmente:
 - I. Criação de cadastro' específico para os jovens e idosos;
 - II. Busca de oportunidade de emprego junto às empresas da região metropolitana de Campinas;
- III. Fornecimento de informação acerca dos jovens cadastrados às empresas mencionadas no inciso II deste artigo;
- IV. Proposição de ações de responsabilidade social que priorizem o jovem e o idoso.
- Art. 10 Fica instituído como Gestor Municipal do "Programa Socioeducativo Cidadania" a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social em parceria com a Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos.

CAPÍTULO II – DA COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E ENCAMINHAMENTO

ESTADO DE SÃO PAULO **Art. 11** Será constituído uma Comissão do "Programa Socioeducativo Cidadania" -FGC, formada por representantes do Poder Executivo Municipal e das diversas entidades parceiras do Programa, que terá como principais atribuições:

- I- Contribuir para a articulação de outras entidades ou órgãos governamentais que possam potencializar o "Programa Socioeducativo Cidadania";
- II contribuir para a captação de recursos destinados ao Fundo Municipal para Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, junto às pessoas físicas ou jurídicas;
- III avaliar periodicamente seu andamento e sugerir ao Executivo Municipal correções e adequações a serem feitas no programa;
- Art. 12 Serão fornecidos aos participantes do Programa Socioeducativo Cidadania: alimentação, uniformes, materiais de consumo necessários ao desenvolvimento do programa e passes para uso do transporte público para aqueles que residirem em localidades distantes do local de execução do programa.

CAPÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 13 As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, como também estadual ou federal, no serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em consonânciacom a legislação.
- Art. 14 O Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei no prazo máximo de 90 (hoventa) dias, contados a partir da data de sua publicação.
- Art. 15 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as leis nº. 3.048, de 29 de junho de 2010, nº 3.892 de 07 de maio de 2019 e Lei nº 4.092 de 18 de novembro de 2021.

Pedreira (SP), 26 de agosto de 2022.

FÁBIO VINICIUS POLIDORO **Prefeito Municipal**

MARCELO RODRIGUES TEIXEIRA Secretário Municipal de Negócios Jurídicos